



## Ata da Vigésima Reunião Ordinária do CONERGE - Conselho de Consumidores da COELCE

- 01 - Data 21 de Fevereiro de 2002
- 02 - Local Auditório do Clube da Parceria, Maracanaú - Ceará
- 03 - Presença Antonio Erildo Lemos Pontes, Presidente do CONERGE, Representante Titular da Classe Rural junto ao CONERGE, Paulo Souza Barbosa, Vice-Presidente do CONERGE, Representante Titular da Classe Comercial junto ao CONERGE, Ângela Teresa Gondim Carneiro, Conselheira Titular do Órgão de Defesa do Consumidor junto ao CONERGE, Cláudia Maria dos Santos, Conselheira Suplente do Órgão de Defesa do Consumidor junto ao CONERGE, Paulo Virgílio Facchini, Conselheiro Titular da Classe Industrial junto ao CONERGE, Joseleide Magalhães Souza, Conselheira Suplente do Poder Público junto ao CONERGE, José Nunes de Almeida Neto, Diretor de Projetos Institucionais da COELCE, José Távora Batista, Diretor de Distribuição da COELCE, Rodrigo Arevalo, Gerente de Grandes Clientes da COELCE, Richardson Garcia Lucena, Chefe do Departamento de Clientes em Média Tensão da COELCE, José Caminha Araripe, Chefe do Departamento de Tarifas e Regulação da COELCE, Leonardo Lins de Albuquerque, Diretor de Engenharia e Construção da CHESF, Paulo de Tarso da Costa, Diretor de Operação da CHESF, Francisco Hilton Domingos de Luna, Gerente Regional Norte da CHESF em Fortaleza, Roberto Gondim, Gerente Regional Norte da CHESF em Teresina, Helga Maria Sabóia Bezerra, Ouvidora da ARCE, e José Osvaldo Correia Férrer, Titular da Secretaria Executiva junto ao CONERGE.
- 04- Informes O Presidente deu como iniciada a reunião às 08:30 horas, saudando todos os presentes. Na ocasião os Conselheiros e representantes da COELCE, CHESF e ARCE fizeram uma breve apresentação pessoal aos presentes.
- 05- Pauta Dando início a pauta, o Sr. Antonio Erildo Lemos Pontes, Presidente do CONERGE fez uma apresentação sobre o modelo, constituição, criação, regulamentação e competência do CONERGE, com o título: "Condições Gerais da Criação, Formação e Estruturação do CONERGE e suas Ações". Durante a exposição o Presidente



ênfatiou o papel dos 65 Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica existentes no Brasil, ressaltou a relevância social dos 06(seis) projetos especiais encaminhados à ANEEL pelo CONERGE, que foram indeferidos. O Presidente salientou que através da Resolução no.449, de 29/10/01, à ANEEL suspendeu a atribuição do envio de projetos especiais pelos Conselhos de Consumidores. Dentre as ações do CONERGE desde a sua institucionalização, o Presidente ênfatiou a realização de 02(dois) Seminários de Capacitação dos Conselheiros com assuntos inerentes ao setor de energia elétrica, realização de 04(quatro) reuniões itinerantes em Sobral, Limoeiro do Norte, Juazeiro do Norte e Quixadá, realização de 06(seis) Seminários Setoriais e atendimento de solicitações junto a COELCE através das Classes representadas no CONERGE. Em seguida o Sr. Richardson Lucena Garcia, Chefe do Departamento de Atendimento ao Cliente em Média Tensão da COELCE, realizou uma breve apresentação sobre a nova estrutura da gerência de grandes clientes da COELCE. Dando seguimento a pauta o Sr. José Caminha Araripe, Chefe do Departamento de Tarifas e Regulação da COELCE, apresentou o tema: "Política Tarifária para os próximos anos". O Sr. Caminha esclareceu as condições para o reajuste tarifário previstas dentro do contrato de concessão, critérios para definição do reajuste tarifário, estrutura tarifária de fornecimento de energia elétrica, modalidades tarifárias, fórmula de custo para o reajuste tarifário em 22/04/02 e os custos de operação da Concessionária. O Presidente agradeceu em nome dos Conselheiros e dos presentes a palestra do Sr. Caminha. Seguindo a pauta o Sr. José Távora Batista, Diretor de Distribuição da COELCE, apresentou o tema: "Plano de Investimentos da COELCE para Garantia de Fornecimento de Energia nos próximos anos". Citou dentre outros pontos, onde serão instaladas novas subestações e linhas de transmissão, o resumo dos investimentos que deverão ser realizados pela COELCE e as melhorias já realizadas no sistema elétrico na região Metropolitana. O Presidente agradeceu em nome dos Conselheiros e dos presentes a palestra do Sr. Távora. Dando seguimento a pauta o Sr. Leonardo Lins de Albuquerque, Diretor de Engenharia e Construção da CHESF, ministrou uma palestra sobre: "Situação Atual da Implantação da Linha de Transmissão Pici em Fortaleza". O Sr. Leonardo Lins, apresentou os investimentos realizados pela CHESF no Ceará, perfil dos investimentos para atender o estado do Ceará. De acordo com o Sr. Leonardo Lins no ano 2000, a CHESF investiu R\$214,8 milhões, em 2001, R\$64,5 milhões e em 2002, há previsão de investimentos em torno R\$54 milhões visando a melhoria de eixos de alimentação em todo o estado. O Sr. Leonardo Lins esclareceu que de acordo o Comitê Coordenador do Setor Elétrico - CCSE, já definiu a



necessidade de duplicação da linha 500KV de Teresina a Fortaleza. O Sr. Leonardo apresentou ainda o diagrama esquemático, onde salientou a necessidade de outro ponto de suprimento em 230KV (Subestação do Pici) que buscasse atender as necessidades da zona oeste de Fortaleza. Esclareceu ainda o traçado esquemático da Subestação do Pici que é compartilhada, com equipamentos de 230KV, e disjuntores que alimentam as linhas de 69KV da COELCE. O Sr. Leonardo Lins esclareceu que a linha possui uma extensão de 27,6Km, a tensão é de 230KV, a estrutura é metálica e concreto, possui circuitos duplos, obedece uma faixa de servidão de 20m na área urbana e 40m na área rural (a partir do centro da estrutura) e o valor total do empreendimento será R\$16,4 milhões. Salientou que a CHESF obedeceu todos os procedimentos legais para construção da linha e que foi necessária autorização para passagem em rodovias, ferrovias, redes de água e esgoto, além da autorização da SEMACE e IBAMA. Segundo o Sr. Leonardo Lins, a Subestação do Pici 230/69Kv está concluída, do bairro Modumbim ao Conjunto Ceará. Após o novo traçado já foram construídos 17Km de linha faltando apenas 9Km. Apresentou as dificuldades enfrentadas pela CHESF com o levantamento sobre os impactos dos efeitos magnéticos sobre as pessoas. Declarou que após ações impetradas pelo Ministério Público foi suspensa a construção da linha de transmissão do Pici e que a CHESF chegou a desenergizar um trecho já disponibilizado para COELCE no final de 2000. Enfatizou que com o fim do racionamento e do horário de verão, deverá haver um aumento da carga o que torna ainda mais urgente a viabilização da Subestação do Pici para garantir o abastecimento de energia para zona oeste de Fortaleza. O Sr. Paulo de Tarso da Costa, Diretor de Operação da CHESF declarou que a situação é muito complexa e que existem regiões onde a convivência entre a população e a linha de transmissão é saudável e traz muitos benefícios para a população mais carente. O Sr. Paulo de Tarso relatou a experiência no Piauí, onde praticamente 40 hectares de faixa de servidão são utilizados para produção de hortas comunitárias que geram o aumento da receita de muitas famílias carentes, além de inibir a proliferação do vandalismo nas linhas de transmissão. Em seguida o Sr. Roberto Gondim, Gerente Regional Norte da CHESF em Teresina, apresentou um vídeo sobre o projeto desenvolvido no Piauí que aborda o cultivo de hortaliças na faixa de servidão das linhas de transmissão. O Presidente agradeceu em nome dos Conselheiros e dos presentes a palestra do Sr. Leonardo Lins de Albuquerque, bem como a presença dos demais representantes da CHESF que atenderam prontamente ao convite do CONERGE para participar desta reunião e apresentar este tema polêmico que tem sido objeto de várias reuniões deste Conselho.



Seguindo a pauta o Presidente do CONERGE passou para as sugestões dos presentes. O Presidente questionou a COELCE sobre qual o período que será considerado crítico em função do embargo da nova linha. O Sr. José Távora Batista, Diretor de Distribuição da COELCE, esclareceu que será entre os meses de maio e junho de 2002 e que a partir de julho o problema será crucial caso não haja a implantação do ponto de suprimento da CHESF. O Sr. Paulo Souza Barbosa, Vice-Presidente do CONERGE e Representante Titular da Classe Comercial junto ao CONERGE, declarou que é partidário da conclusão da linha de transmissão pois não há constatação dos males causados pelos efeitos dos campos eletromagnéticos. A Sra. Ângela Teresa Gondim Carneiro, Conselheira Titular do Órgão de Defesa do Consumidor junto ao CONERGE, perguntou aos representantes da COELCE se já foi definido o valor do reajuste tarifário e em que fase de análise encontra-se na ANEEL. O Sr. José Caminha Araripe, Chefe do Departamento de Tarifas e Regulação da COELCE, esclareceu que o valor do reajuste da tarifa ainda não foi definido, a COELCE tem trabalhado nos cálculos e que tem até o dia 22/03/02 para enviar à ANEEL o valor do reajuste para análise. A Sra. Ângela Teresa Gondim Carneiro, Conselheira Titular do Órgão de Defesa do Consumidor junto ao CONERGE, declarou que com respeito a pluralidade do Conselho, acredita que o assunto relacionado aos efeitos dos campos elétricos e magnéticos, normalmente produzidos por linhas de transmissão, deve ser questionado. A Sra. Ângela levantou o questionamento sobre a distribuição de panfletos realizada pela CHESF que tratava dos cuidados que a população deveria ter com as linhas de transmissão. A Sra. Ângela firmou a posição da necessidade de energia e geração de outros tipos de energia, chamadas alternativas. Declarou que de acordo com as apresentações anteriores não há nada conclusivo com relação aos efeitos das linhas de transmissão, desta forma a sociedade deve ser resguardada até que a ciência possa apresentar dados mais contundentes. A Sra. Ângela salientou que não houve uma campanha de esclarecimentos para sociedade civil sobre a citada linha de transmissão, os custos, os benefícios, para que a sociedade tivesse mais subsídios para entender o processo. O Sr. Leonardo Lins, salientou que o panfleto distribuído pela CHESF, visava esclarecer as pessoas que invadem as áreas das linhas de transmissão e destroem, invadindo as faixas da linha com a finalidade de construção de moradias fixas, que geralmente possuem um segundo andar, antenas, árvores altas, que podem causar danos a linha de transmissão e provocar acidentes com as pessoas. O folder foi criado para gerar uma preocupação nas pessoas, para conscientizar sobre a conservação das linhas e o risco de acidentes. O Sr. Leonardo Lins esclareceu que no caso das hortas comunitárias há



regras para plantação das hortaliças, para evitar danos a linha de transmissão. O Sr. Leonardo Lins, parabenizou o estado do Ceará pelo crescimento da cidadania em discussões que buscam o crescimento e amadurecimento da sociedade. Parabenizou também o CONERGE pela representação da classe residencial ser feita por consumidores residenciais de baixa renda. O Sr. Leonardo Lins, enfatizou que a discussão dos efeitos eletromagnéticos das linhas de transmissão merece um debate mais aprofundado, com a presença de técnicos especializados nesta área para enriquecer o debate. O Sr. Leonardo Lins declarou que a CHESF sempre participa de debates sobre o assunto e que possui uma equipe de especialistas neste assunto. Com relação a posição da CHESF, o Sr. Leonardo esclareceu que a empresa fica muito a vontade pois o projeto não visa lucro, já que é uma empresa de serviço público estatal. O Sr. José Nunes de Almeida Neto, Diretor de Projetos Institucionais da COELCE informou da necessidade da construção da linha de transmissão do Pici, pois caso não seja viabilizada poderá acontecer corte de carga. O Sr. Fernando Antunes, Professor do Departamento de Engenharia Elétrica da UFC, declarou que a busca do entendimento sobre os efeitos da linha de transmissão tem que ser técnico, pois é necessário passar uma segurança para população. Salientou que um comitê da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos após cinco anos de estudos concluiu que nenhuma evidência conclusiva e consistente mostra que a exposição a campos eletromagnéticos residenciais produzem câncer ou efeitos neurobiológicos ou reprodutivos adversos. Os Institutos de Saúde dos Estados Unidos concluíram que é fraca a evidência científica sugerindo que a exposição a campos eletromagnéticos de baixa frequência apresente riscos à saúde. O Prof. Fernando declarou que o papel do Ministério Público é fundamental, mas que a discussão tem que ser técnica e não social, pois os estudos epidemiológicos não chegam a nenhuma conclusão sobre a exposição ao campo eletromagnético em condições consideradas normais. O Sr. Carlos Alberto Aragão, Representante da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Ceará, declarou que à Assembléia Legislativa ecoa os problemas da sociedade, hoje a discussão sobre as linhas de transmissão não é somente política. O Sr. Francisco Hilton Domingos de Luna, Gerente Regional Norte da CHESF em Fortaleza, declarou que a situação da linha chega a ser contraditória, pois em uma outra linha de transmissão, a população invade para construção de moradias fixas dentro da faixa de servidão, o que causa muitos transtornos e danos a linha. A Sra. Ana Lúcia Bastos Mota, Diretora da CEBRÁS, declarou que possui uma fábrica de tijolos que funciona nas proximidades da linha de transmissão, onde 160 pessoas



trabalham e nunca houve registros de nenhum problema gerado pelo fato de estarem próximos a linha de transmissão. A Sra. Ana Lúcia sugeriu que a faixa de servidão da região poderia ser utilizada para implantação de hortas comunitárias, pois atualmente as terras são depósitos de lixo e abrigam catadores. O Sr. Leonardo Lins, declarou que em primeiro lugar o problema da linha de transmissão Pici é social. Enfatizou a necessidade de um estudo técnico para o entendimento deste assunto com base na ciência, deixando de fora as questões emocionais. O Sr. Paulo Barbosa, sugeriu que seja realizado um fórum com a participação da COELCE, CHESF, técnicos especializados no assunto e CONERGE para entender melhor o assunto e buscar uma conclusão. O Sr. Luiz Junô Carneiro, representante do CONERGE na região de Quixadá, declarou que como representante do CONERGE tem tido um atendimento muito bom da COELCE sempre que leva algum problema dos consumidores de energia elétrica. O Presidente agradeceu aos palestrantes da COELCE e CHESF. Acrescentou que essa discussão será novamente debatida no Conselho, pois o problema não é simples e o aproveitamento da linha é importante para beneficiar a população carente. O Presidente agradeceu a presença de todos e nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a Reunião. Para constar, eu, José Osvaldo Correia Férrer, Secretário Executivo do CONERGE, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada vai assinada por todos presentes.

**PRESENTES:**

***Antonio Erildo Lemos Pontes***  
Presidente do CONERGE  
Representante da Classe Rural

***Paulo Souza Barbosa***  
Vice-Presidente do CONERGE  
Representante da Classe Comercial

***Paulo Virgílio Facchini***  
Representante da Classe Industrial

***Ângela Teresa Gondim Carneiro***  
Representante do DECOM



***Joseleide Magalhães Souza***  
Representante do Poder Público

***Cláudia Maria dos Santos***  
Representante do DECOM

***José Osvaldo Correia Férrer***  
Representante da COELCE  
Secretario Executivo do CONERGE

**CONVIDADOS:**

***José Nunes de Almeida Neto***  
Diretor de Projetos Institucionais da COELCE

***José Távora Batista***  
Diretor de Distribuição da COELCE

***Helga Maria Sabóia Bezerra***  
Ouvidora da ARCE

***Richardson Garcia Lucena***  
Chefe do Departamento de Clientes Médios da COELCE

***José Caminha Araripe***  
Chefe do Departamento de Tarifas e Regulação da COELCE